

PLÁCIDO CASTRO DEL RIO (1902-1967).
UM JORNALISTA GALEGO NOS JORNAIS PORTUGUESES

João Conde Veiga

Antes que este ano termine parece ser de lembrar o centenário de nascimento de um intelectual galego, que amou a sua terra, amargou o seu exílio e escreveu em jornal português, para nós do norte, para vós do sul.

Tendo estudado longe, em Inglaterra, que é um lugar onde a relva e a democracia são cultivadas há uns centos de anos, formou uma convicção de uma civilidade e tolerância que fizeram a sua diferença. Embora as brumas vindas do Norte e o *fog* de Londres quase tapem o sol, e sejam diferentes das últimas claridades deste *occidens* onde o sol morre, ali fica, mesmo ao lado, a verde Irlanda, que é tão verde como o nosso Minho e a vossa Galiza, e que traz de lá um tal lirismo celta, igual àquele que anda pela cerva dos montes e dentro de nós na língua poética que primeiro bebemos em claros regatos de água vinda da fonte.

Foi com a leitura de Chesterton que Plácido parece ter encontrado o gosto conservador crítico da tradição e um caminho seguro para a evolução, entre dois valores em que situam, tanto os seus paradoxos, como as suas perplexidades. Um exemplo apenas do seu trato: ao tratar das repúblicas da África do Sul e da Índia, de base colonial britânica, e considerar terem em Commonwealth um rei por soberano, o seu pensamento voava decerto para uma solução para vertebrar Espanha.

A vistas como essa, o seu estudo em Glasgow e a sua estadia em Londres vão transforma-lo primeiro em observador, depois em analista, por fim em jornalista. No que parece ser uma sina deste noroeste: em que existe um certo número de características comuns, entre as quais uma grande saudade da terra: é do seu exílio diplomático inglês e francês que Eça de Queiroz escreve as *Cartas de Londres* e os *Ecos de Paris*.

Num sentimento parecido, Plácido Castro manda, em 1927, as suas prosas exiladas para o *Informaciones*, de Madrid, e para *El Pueblo Gallego*, de Vigo. Chamar-lhes-à *Nossas Crónicas de Londres*.

O distanciamento aguça não só o impulso de informar, mas também de informar-se. É um sentimento de estar longe da terra, sob a forma de lembrança, de *morriña* ou de saudade, que vai misturar a ideia de ser com estar, num sentimento de ter saudades em vez de ser saudade, o que tornará um sentimento quase indefinível.

Nas suas análises de democracia, vindas para a lembrança e para o desejo da sua terra, procura, desde logo, algum distanciamento de objecção para com a situação do seu país. Mas, em equidade, manifesta a sua oposição para com o sistema soviético nascente, que repudia incessantemente.

Tornado liberal por educação inglesa, e democrata por comparação de idéias, adere às posições republicanas espanholas pela via do nacionalismo galego. Considerando sempre centralismo de Madrid ser "uma colonização espiritual e económica".

Republicano, portanto, no contexto espanhol, mas nacionalista galego de raiz e pensamento, é deste outro paradoxo político que o regime autoritário, então vigente, vai tirar os motivos de alguma perseguição política. Militares autoritários, que, quando lhes falavam em cultura, levavam a mão à pistola e gritavam "viva la muerte", estavam no poder. Parece uma norma. Para todos os autoritarismos de raiz militar os intelectuais são sempre de desconfiar pois o pensamento não se controla do mesmo modo as ordens de comando ditadas na parada.

É deste modo que, logo nos princípios da Guerra Civil que começa em Julho de 1936, Plácido, intelectual e galego, é perseguido, é condenado por um tribunal curiosamente designado de *responsabilidades políticas*, em multa e desterro, o que vai tornar irrespirável o ar da sua terra e mais tarde provocará a ida para longe que a tornará mais lembrada e ansiada.

O post-guerra franquista tinha-se tornado difícil para espíritos independentes. Plácido ainda o respirou durante algum tempo exilando-se sobre si mesmo e convivendo quase em segre-

do como amigos. Em 1949 segue para Lisboa, sítio do mais neutro dos autoritarismos, e que tinha vivido o post-guerra vindo das influências entre anglófilos e germanófilos, que era problema que em Espanha nem sequer se colocava, quase por exclusão de termos, e por obra e graça de Serrano Suñer, como os *diestros* apelidado de "El Cuñadissimo".

Vai Plácido viver no mesmo Estoril que se tinha tornado terra adoptiva de outro exilado, este agora não republicano, mas monárquico, pretendente à coroa espanhola: D. Juan de Bourbon. Vai para o mesmo Estoril em que Ortega y Gasset procura refúgio intelectual. Este exílio parecia uma terra de transição: Plácido rumou à Inglaterra da sua educação escolar. Em Londres vai viver a sua vida e exercer a sua profissão de jornalista aos microfones da B.B.C.

No entanto, a passagem por Lisboa tinha-lhe permitido contactos e garantido a publicação em letra de forma das palavras que iria lançar para o éter, que nele se dissolviam, e que não faziam outro eco: garante a publicação dos seus escritos, traduzidos (se é possível dizer assim entre nós) do galego para o português, num jornal do Porto, o *Jornal de Notícias*. O título genérico dos artigos não desmente a sua proveniência radiofónica: *Aqui Londres*. O seu conteúdo reflecte o seu ponto de vista da vida inglesa que ia observando.

A emissão era feita em língua galega, o que se torna um acto de propaganda subtil para uma língua que era remetida à condição oral, quase clandestina, e que aproveitava as novas potencialidades da rádio. Durante essa guerra de 1939 foi o aproveitamento do novo meio radiofónico em expansão, que como outras armas guerreiras tinha sido experimentado na guerra civil espanhola, com mais ou menos eficácia por ambos os bandos, que vai permitir, mais que avanços estratégicos no território, ou como factor de resistência, ou para "ganhar almas" e criar ambientes de tomada ou manutenção política do poder. Com uma diferença que Plácido vai encontrar: depois da guerra, em 1945, assuntos tratados não eram os da política comum, que fizessem proselitismo desta ou daquela posição. Havia algum distanciamento cultural: e os programas eram apenas de rádio e a sua programática de observação de uma

visão galega do mundo dissolvidas nas ondas da rádio transmitida para o espaço.

Características dos programas: tinham uma duração média de sete a oito minutos, chegando algumas vezes a dez ou doze, e a sua emissão era nocturna, a partir das vinte e uma horas. A periodicidade era semanal, com repetição noutra dia diferente do da sua emissão. Foi "o primeiro programa galego no mundo da radiodifusão". E teve, no seu meio, e no seu tempo de emissão, um papel comparável ao surto da edição, em língua galega, que teve lugar, a partir desta altura, do lado de lá do mar, onde se situavam as maiores comunidades lingüísticas da fala: Santiago do Chile e Buenos Aires, que mais pareceram então uma Galiza lá longe.

A falar galego, na língua (e não *lengua*) do seu povo, escrita no exílio, era um acto de rebelião contra o centralismo castelhano instituído, na sua imposição oficiosa do castelhano e na sua proibição do uso da língua ancestral da Galiza.

Tínhamos, por outro lado, a sua difusão radiofónica passar por cima da informação escrita. A censura do lado de cá do rio era certamente mais branda, mas igualmente impeditiva da expressão. Era perigoso, quase impensável, publicar, mesmo clandestinamente, jornais na língua materna. Português e galego, vindos da mesma matriz (galaica ou portuguesa) de uma poesia quase céltica, pareciam ter destinos diferentes: uma ia por esse mundo além e era língua franca em que diversos povos e raças se entendiam; a outra era reprimida na sua terra de origem, e só muito longe, para o lado de lá do mar, era livremente tratada.

Consideramos estas intervenções como artigos escritos para serem lidos: palestras. É complementar, portanto, adequá-los ao meio escrito e publicá-los em jornal. Depois, também, traduzi-los em castelhano, como foi fazendo para alguns jornais do espaço espanhol. Mas não os podendo publicar ali na língua galaica, prefere que os traduzam em português. Escreve-os no *Jornal de Notícias*, deste Porto, de onde também escrevo.

O primeiro artigo conhecido aparece no jornal e data de 15 de Março de 1949, quase cinco anos depois de a guerra civil

espanhola ter terminado. Referia-se ao tempo inglês, que era de austeridade, mas com grandes perspectivas de recuperação. Decerto mais que isso: o planeamento, herdado das operações militares ia-se em larga escala, transformado em planeamento social. O slogan "lares dignos para os heróis", dos primeiros tempos de post-guerra, tinha-se transformado ou em propostas democráticas de nivelamento ou numa nova espécie capitalista de transição para o socialismo. As palavras de ordem eram: nada de privilégios, nivelamento social e planificação económica. Os meios de conseguir esses objectivos eram as armas sociais em que se tinham transformado *the incom tax*, os impostos progressivos.

Dois dias depois do primeiro artigo o tema é a análise do caminho utópico de uma sociedade sem classes dentro de um ambiente de austeridade. Neste objectivo que analisa uma Inglaterra entre a tradição e a inovação, reformista e conservadora, entre uma reacção e uma adaptação a novos tempos.

No meio de tudo salta-lhe o problema da mediocrização social. Citando um tal dr. Joad, publicista inglês daquele tempo em mudança, Plácido parece concordar com a análise: "é possível que o critério de distribuir cultura e alargar o campo do bom gosto e tornar (...) acessível, nos leve a um empobrecimento do bom gosto, que será deplorável, ou segundo o que cada um pensa da justiça social como o maior de todos os bens".

Para o fim deste mês de Março (a 24) já não é a dialéctica inglesa entre a tradição e a inovação que basta: é antes o humor inglês que toma conta da prosa. Perante uma medida tomada pelo governo no domínio dos abastecimentos, nada melhor que uma carta de um paciente cidadão que se propunha abater ao efectivo o próprio Ministro dos Abastecimentos. Mas quando se dirigiu ao ministério com aquela tenebrosa finalidade tinha encontrado uma enorme fila de cidadãos que tinham a mesma exacta intenção.

Outro problema, este vindo da área da execução da justiça, era posto (a 26) ao invés: tratava-se de saber, uma vez por todas, se cabe ao Estado, para além de deixar os cidadãos à míngua de abastecimentos, de ter o direito de lhes tirar a vida, executando a

pena de morte. Mas, para além disso, o que seria muito, o jornalista já se indigna com "o mórbido sensacionalismo que rodeia a aplicação da pena capital".

Por Abril e Maio é o reacendimento das luzes de Londres, apagadas pelos bombardeamentos, primeiro, e pela escassez energética, depois, que lhe faz brilhar de reflexo o olhar e entusiasmar a prosa. É a 21 de Abril que se celebra a volta das luzes à cidade de Londres, com o povo reunido em multidão em Picadilly Circus, em número só comparável à que ali tinha estado a celebrar a rendição da Alemanha em Maio de 1945.

A razão volta de novo sobre a emoção e dá de novo lugar à lucidez de análise quando (a 22 de Abril) faz expressa condenação da politização da ciência, se insurge a propósito da decisão política de um comité de cientistas russos, a sua unanimidade de propósitos, mais a sua transformação, por obra e graça de Estaline, em propaganda do regime de partido único. O jornalista é peremptório: "a loucura é a única explicação possível da atitude russa perante a ciência".

A 10 de Maio a sua atenção volve-se para o tema da unidade, que se tinha tornado ponte utópica de depois da guerra para que a tragédia não fosse possível outra vez, e para a proliferação nacionalista das antigas colónias, tornada numa espécie de recompensa ao esforço de guerra, na maior parte das vezes sob forma de morte de tropas de assalto, vindas dos territórios coloniais. Os seus propósitos de análise centram-se, naturalmente, no que se passa quanto à Commonwealth. E o problema é posto: perante a importância assumida pela União Sul Africana e a Índia, duas repúblicas declaradas, como seria que a real pessoa do monarca inglês assumiria a realeza de repúblicas?

Dá razões para o sucesso: esta plasticidade monárquica de soluções deve-se certamente ao facto, de ao contrário das democracias continentais, de normas constitucionais fixadas e formais, a política inglesa ser fundada numa legislação mutável e adaptável a todo o tempo. Concluirá que, na Inglaterra, por princípio, a raça e crença não serão factores teóricos de solução, mas ali é muito mais

importante uma tolerância partidária, que proporciona todas as experiências cívicas. Ao debruçar-se sobre estes temas britânicos o pensamento decerto que lhe voava para a sua experiência de vida e para a sua região natal.

Durante o mês de Maio os seus interesses voltam-se para outro tema de grande actualidade. Como se sabe, ao governo de coligação nacional que governou a Grã-Bretanha em guerra seguiu-se uma vitória trabalhista, com Clement Atlee, e o afastamento do artífice da vitória, que tinha sido Winston Churchill. A sucessão pode parecer paradoxal mais talvez se justifique: os socialismos parecem historicamente mais adequados a responder a situações sociais de crise e os cidadãos parece tomarem consciência disto com o seu voto.

Mas a inversa também parece ser verdadeira: a possibilidade do regresso ao poder dos conservadores parece ser indício da volta a uma estabilidade que promove o desenvolvimento e a criação social de riqueza.

Perante as perspectivas de uma mudança política, as atenções de Plácido voltam-se para as eleições municipais, como índice dessa própria viragem. E a preocupação vai para o maior de todos os municípios, Londres, "a nossa Londres", como escreve. Os temas da preocupação tornam-se também visíveis: relação entre finanças públicas e privadas, diminuição de recursos das classes altas, aumento desmesurado de beneficiários do Estado de Bem Estar (Welfare State), preconizado para o período de post-guerra por Lord Beveridge.

De novo a população inglesa era confrontada com novos problemas e com a medida, radical ou tradicional, de os abordar. É precisamente pelas concepções radicalistas que o domínio dos trabalhistas tende a decrescer, e a confiança doada depois da guerra para vencer a crise a ser iludida por certos exageros de alguma facção política. Os motivos que se deparam são: a política de nacionalizações, a socialização da indústria, o excessivo intervencionismo estatal, uma direcção muito determinada no sentido da instituição de um regime socialista. Eram rumos que prenunciavam

algum descontentamento, fruto dos resultados obtidos, e pareceriam justificar, como escreve, uma "votação de protesto".

Perante uma tal situação Plácido preconiza já não uma dialética de contrários, mas uma tendência para o equilíbrio. É neste encontro de acção política, "um estado de síntese", como o designa, que espera "um estado social muito diferente do socialismo" (artigo de 4 de Junho). Os artigos continuam em 1959 e cessam em 1960, quatro anos depois do regresso à Galiza, em 1956.

Da sua colaboração radiofónica em língua galega, e jornalística em português, se podem evidenciar algumas linhas de força que passamos a enumerar: uma profunda admiração pela democracia, uma rejeição liminar pelos extremismos que nela possam ser admitidos, um grande entusiasmo pelos resultados da prática democrática, uma possibilidade que ela chegue um dia à sua terra natal. Mas fazendo-o num distanciamento crítico, e criterioso, para colocar estes seus problemas aos seus ouvintes e leitores. No desejo último de influir, a seu modo, numa realidade democrática de formação a que usamos dar o nome de opinião pública.

Eis, portanto, dada a experiência de um jornalista galego, usando a língua aos microfones de uma emissora de *broadcast*, escrevendo português em jornal, sobre assuntos de uma democracia alheia que desejava ver aplicada na sua terra. Ao tratar de jornalistas galegos e jornalistas portuguesas vim aqui lembrar, neste centenário, um jornalista que o foi nos dois modos aqui unidos. Portugueses e galegos entendemo-nos e não nos *entendimos*.